



SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA XXVIII SIC



Discriminação Institucional

Matheus Orsolin

Introdução

Antes de começarmos a falar sobre a discriminação institucional, precisamos buscar o conceito jurídico de discriminação, sendo esse: “Qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, o gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública.” Agora que já temos isso em mente, podemos dizer que discriminação institucional é uma prática discriminatória tão intrínseca em uma instituição, e que começou a tanto tempo que agora já é parte normal da vida cotidiana. Pode, também, ser definida como políticas que foram estabelecidas gerações atrás e, agora são vistas como a norma dentro da instituição.

Objetivo

A presente pesquisa pretende analisar o fenômeno social e a manifestação da discriminação institucional dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Uma vez que a discriminação é fato reprovado pelo direito, são, assim, exigidas respostas jurídicas a fim de combater os fenômenos discriminatórios, portanto indicaremos possíveis e adequadas soluções jurídicas para a discriminação institucional.

Metodologia

O método de pesquisa aplicado é revisão bibliográfica e análise jurisprudencial.

Resultados

Diante da dificuldade de aceitação da existência de uma discriminação institucional, recomendamos que a mesma seja tratada no âmbito da discriminação indireta, uma vez que esta volta suas práticas ao combate de práticas discriminatórias aparentemente neutras e não-intencionais. Sendo assim, apesar da falta de consenso em qualquer área científica ou ideológica, acreditamos que a melhor maneira de amenizar os efeitos discriminatórios a curto prazo sejam as polêmicas ações afirmativas.

Principais

Referências

Rios, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação – Discriminação direta, indireta e ações afirmativas. – Livraria do Advogado. Porto Alegre, (2008).

Henry, P. J. Institutional bias. To appear in J. F. Dovidio, M. Hewstone, P. Glick, & V. M. Esses (Eds.), Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination. London: Sage. (2010).

Korn, Jane Byeff. Institutional Sexism: Responsibility and Intent. – Texas Journal of Women and the Law, Volume 4. (1995).

Crenshaw, Kimberle W. Race, reform and retrenchment: transformation and legitimation in antidiscrimination law – Harvard Law Review,, (1988).

Wildman, Stephanie M; Davis, Adrienne D. Privilege Revealed: How Invisible Privilege Undermines America – New York University Press, (1996).